CBH-VERDE GRANDE
Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande
Instituído pelo Decreto Presidencial de 03.12. 2003
Unificado pela Resolução nº 58, de 26.11.2009, do Estado da Bahia
e pelo Decreto nº 45261, de 23.12.2009, do Estado de Minas Gerais

ATA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO VERDE GRANDE

Aos vinte e dois dias do mês de novembro de 2012, no auditório da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, na Avenida José Corrêa Machado, número 900, bairro Ibituruna, em Montes Claros-Minas Gerais, com início às quatorze horas e trinta minutos e término às 18 horas, realizou-se a 17ª Reunião Ordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande. Após verificação do quórum, o Secretário Executivo do Comitê, João Damásio, inicia a reunião cumprimentando e agradecendo a presença de todos. Agradeceu também ao Secretário de Meio Ambiente, Aramis Mameluque, pela cessão do auditório. Justificou a ausência do Presidente do Comitê, Marcelo Ferrante Maia. Leu a ata da 16ª reunião ordinária, que foi aprovada por unanimidade. João Damásio esclarece sobre o convênio da ANA com o DNOCS e a cessão de sala para a secretaria do Comitê. Disse que com o término do convênio não foi possível renovar o contrato e a secretaria do Comitê ficou sem sede para funcionar. Fala também que não foi possível concretizar convênio com a AGB-Peixe Vivo para operacionalizar a secretaria do Comitê com os recursos do FHIDRO, em razão da Peixe Vivo condicionar a assinatura desse convênio com a discussão e implantação da cobrança pelo uso da água na Bacia do Verde Grande. João Damásio acrescenta que juntamente com Tânia, da ANA, esteve negociando com a Unimontes e a UFMG sobre a cessão de uma sala para o funcionamento da secretaria do Comitê. Disse que a Unimontes não pôde ceder porque não havia disponibilidade desse espaço. Mas adiantou que acertou com a UFMG a cessão de uma sala onde a Secretaria do Comitê poderá funcionar a partir do ano de 2013. Disse que seria apresentada para avaliação do plenário uma Deliberação Ad Referendum que indica o Instituto Tabuas para operacionalizar a secretaria do Comitê com os recursos do FHIDRO. João Balaio esclarece sobre a situação atual do Convênio do Instituto Tabuas com o FHIDRO, sinalizando que o projeto apresentado estava aprovado e aguardava apenas a aprovação da Deliberação Ad Referendum em plenário, que é uma exigência do FHIDRO, para que o recurso possa ser liberado. Tânia fez um breve histórico dos convênios da ANA para o funcionamento do Comitê. Falou também do período que a Secretaria funcionou no DNOCS e da decisão do DNOCS em não mais ceder o espaço que era reservado ao Comitê. Acrescenta que o convênio com a Peixe Vivo para operacionalização do Comitê com os recursos FHIDRO estava condicionado à discussão da cobrança, por ser um critério do Conselho Deliberativo da Peixe Vivo. Tânia apresentou proposta da ANA disponibilizando 140 mil reais anuais para o funcionamento da secretaria do Comitê. Há uma breve discussão sobre as propostas do Instituto Tabuas e da ANA, surgindo um acordo em plenário de que os dois projetos são importantes para o Comitê. O Secretário coloca a Deliberação que indica o Instituto Tabuas para operacionalizar a Secretaria do Comitê com os recursos do FHIDRO em aprovação pelo plenário, que é aprovada com apenas uma abstenção por parte de Rafael Chaves, do IBAMA. Mônica Ladeia, representante da Copasa, faz apresentação dos problemas ambientais dos reservatórios para abastecimento de água na Bacia do Verde Grande e coloca as possíveis ações para a recuperação dessas barragens. Domênico, representante da Codevasf, enumera algumas ações importantes da Codevasf para minimizar

alguns problemas ambientais da barragem do Bico da Pedra, em Janaúba. João Damásio propõe que sejam convidados os promotores de meio ambiente de Janaúba e Montes Claros para participarem dessa discussão em reunião do Comitê. Luiz Guilherme alerta para a participação efetiva das prefeituras, dos codemas, da promotoria do São São Francisco e da AMAMS, nessa discussão. Edson Couto, diretor do Idene, em Montes Claros, convidado para participar da reunião, coloca a necessidade de integração de ações dos órgãos federais e estaduais. Anaeliza, representante do IEF, propõe que o Comitê possa articular um encontro entre os órgãos citados. Ricardo, representante do DIG, adianta que poderia ser realizado um seminário com os principais atores da Bacia. João Damásio sugere a criação de uma Comissão para formatar o seminário. A comissão é composta por Anaeliza, Rafael do IGAM, Domênico, João Balaio, Mônica, Tânia, Emater, Idene, Unimontes, Ricardo DIG, Rachel, UFMG, João Damásio. Ricardo Demichelli demonstra a importância da construção de barraginhas para contenção de água de chuva na Bacia. Acrescenta que autoridades como o ministro da Integração Nacional, Secretário de Meio Ambiente de Minas e outras autoridades devem ser convidadas para participar do Seminário e dar mais força para a concretização das obras contempladas no Plano de Bacia. Tânia discorre sobre o cronograma da cobrança na Bacia, propondo discussão por meio da CTC. Mônica, da Copasa e Rafael, do IGAM, com manifestação favorável de Rafael Chaves, representante do IBAMA, propuseram que fosse realizada reunião da CTC para discutir a cobrança na Bacia do Verde Grande. São definidas as datas para a primeira reunião da Comissão para o dia 17 de dezembro, no horário de 14 às 18 horas. A data para a próxima reunião da CTC ficou marcada para o dia 18 de dezembro de 8 às 12 horas. E a próxima reunião ordinária para o dia 18 de dezembro, no horário de 14 às 18 horas. Os locais para a realização dessas reuniões serão definidos pela Diretoria e enviados aos membros do Comitê, por meio de convocação. João Damásio comenta sobre trabalho que seria realizado pelo governo para previsão de estiagens em Minas Gerais. Flavinho, da UFMG, enumera 9 estações recentemente colocadas em funcionamento na Bacia. Gilvan Machado, representante de Matias Cardoso, diz ter participado em Belo Horizonte de reunião onde estava sendo apresentada implantação de projeto de sistema de climatologia para previsão de enchentes e tempestades, mas sem previsão de estiagem em Minas. João Gustavo salienta que o Senhor Ruibran Januário, técnico da Cemig, em palestra na Sociedade Rural falou sobre um novo modelo de informações climáticas para Minas Gerais. Renato Rebello, do DNOCS, convidado pelo Comitê, comenta sobre informações da Barragem de Congonhas, salientando que falta vontade política para a construção de barragens no Norte de Minas. Informou que a Copasa é atualmente a responsável pela construção da Barragem de Congonhas. Rafael, do IBAMA, afirma que o IBAMA já autorizou a supressão florestal na Barragem de Congonhas, mas falta ao IEF e SUPRAM definirem sobre a área de compensação ambiental. Acrescentou que por isso há um ano o processo da construção de Congonhas está paralisado. Renato salienta ser este o que impede o início das obras. Renato esclareceu que para a transposição, ainda não existe nem o projeto executivo da Barragem de Congonhas, mas disse acreditar ser mais conveniente construir a primeira etapa da Barragem e durante a sua construção, que pode durar até 3 anos, ser negociada a transposição. Finalizando a reunião e nada mais tendo a tratar, eu, João Damásio Frota Machado Pinto, lavrei esta presente ATA, que depois de lida e aprovada pela plenária, será assinada por mim e arquivada na Secretaria do Comitê, juntamente com a lista de presença da reunião e será também inserida no Site do Comitê.

João Damásio Frota Machado Pinto
Secretário Executivo do CBH-Verde Grande